

SERRA, Ordep. 2014. *Os olhos negros do Brasil*. Salvador:
Ed. UFBA, 381 p.

Suzane de Alencar Vieira
PPGAS/UFMG
suzanealencar@gmail.com

Os olhos negros do Brasil, o mais recente livro do antropólogo Ordep Serra, reúne alguns exemplares de sua vasta e variada produção antropológica dedicada aos estudos das religiões de matriz africana. Há pelo menos 40 anos o antropólogo vem se dedicando a esse campo de pesquisa. Mas essa publicação percorre caminhos pouco usuais e destina-se um público amplo de leitores.

Os ensaios atravessam zonas menos exploradas como a “língua de santo”, a umbanda de Brasília, as práticas de conhecimento do povo de santo sobre as plantas e alinhava alguns fragmentos da história dos cultos afro-brasileiros como um feixe a respaldar a luta contra ao racismo e a intolerância religiosa.

Os olhos negros do Brasil mantém a escrita viva em estilo erudito e articulado de Ordep Serra, e revisa discussões em torno do sentido do termo “afro-brasileiro” e do pressuposto étnico das nações de candomblé, já iniciadas há 19 anos, no livro *Águas do rei*, outra obra de sua autoria que representa uma contribuição significativa ao campo de estudos das religiões afro-brasileiras.

A publicação chega em boa hora, num momento em que, no país, o racismo e a intolerância religiosa tendem a assumir inclinações autoritárias e ganham discurso articulado e porta-vozes nas igrejas neopentecostais, nos meios de comunicação de massas e no Congresso Nacional.

Trata-se de uma compilação de textos já publicados e republicados em outras organizações e periódicos. Entre os nove ensaios, dois são inéditos. Por que ler ou voltar a ler textos já bem conhecidos e repercutidos no campo dos estudos afro-brasileiros?

Nessa nova publicação, o autor prolonga as ideias contidas nesses textos e cria com eles outros edifícios argumentativos contra o racismo e a intolerância religiosa. As diligências de escrever e reescrever, voltar ao campo várias vezes e em épocas diferentes, apuram

os textos, atilam a observação e a tradução, e colocam em perspectiva as ferramentas analíticas e os efeitos da duração de suas próprias ideias.

O texto mais antigo reapresentado nesse livro, *No caminho de Aruanda: a umbanda candanga revisitada*, começou a ser escrito em 1988, foi revisto e republicado em 2001. Este é também o ensaio mais primoroso de todo o conjunto, como uma pérola cravada no meio do livro. O leitor pode abrir o livro como se abre uma ostra e ficar só com a pérola, ou lidar com a aspereza do invólucro, com o relato das defesas e resistências ao racismo circundante.

No entanto, é recomendável que o leitor experimente apreciar o conjunto e os efeitos de se articular em uma mesma obra a produção etnográfica, as frentes argumentativas e os laudos ao final, ofícios que raramente são colocados lado a lado.

A estrutura do livro encaixa três diferentes engajamentos do trabalho antropológico: o engajamento em debates e discussões políticas e acadêmicas, nos cinco primeiros ensaios, o engajamento etnográfico, nos ensaios seguintes, e o engajamento na produção de laudos antropológicos, na seção *Documentos*.

Os primeiros quatro ensaios ligam as pontas das formas de opressão ao povo de santo do passado e do presente. O livro traz um perturbador relato de casos de agressão e violência aos templos de culto afro-brasileiro e ao povo de santo e mostra que a “guerra de religiões” nos bairros pobres de Salvador parece encontrar sua expressão mais literal e trágica. A intolerância religiosa desponta como uma das chaves em que o racismo é mais vivo e atuante.

O ensaio *A memória violentada* trata do acervo do Museu Estácio de Lima, em Salvador, montado a partir do espólio de ataques policiais aos terreiros. O acervo afro-brasileiro daquele museu testemunha uma época em que o racismo era instrumentalizado por doutrinas científicas e o candomblé era condenado pelas ciências médicas e pela Igreja Católica, e era perseguido pelo Estado, através das leis e das operações policiais. O encobrimento das marcas da violência original e as classificações preconceituosas na montagem da coleção e da exposição atual endossam o triunfalismo da dominação e da conquista.

Nos dois textos inéditos, o primeiro e o segundo ensaio, o termo “afro-brasileiros” que se popularizou no país nos últimos anos é calibrado através de uma breve, porém indispensável, discussão sobre raça e mestiçagem e construção da nação. Antes de ser uma simples influência do debate racial e da luta do movimento negro estadunidense, a designação “afro-brasileiro”, conforme conjectura o autor, seria bem mais antiga e teria sido inicialmente utilizada para identificar os cultos de matriz africana no Brasil.

Desse modo, Ordep Serra recobra a potência política e religiosa do termo e argumenta que o campo religioso e sua forma de designação não podem ser compreendidos sem que seja levado em consideração o contexto das resistências contra o racismo. Para o autor, o plano das lutas contra o preconceito seria o quadro mais adequado de inteligibilidade do uso do termo “afro-brasileiro”.

Os ensaios *O encanto das folhas* e *A palavra e sua imagem* foram publicados no livro *Dois estudos afro-brasileiros*, em 1988, e exploram no curso da pesquisa antropológica as interfaces com a etnobotânica e com a linguística. O estudo sociolinguístico tem o mérito de levar a sério a “língua angola” perscrutando o sentido que seus interlocutores atribuem a ela. Ao empreender a análise da fala dos orixás e dos erês, o autor faz uma etnografia de

uma modalidade de fala não humana que se manifesta por sinais, deformações da língua portuguesa e cristalizações do idioma ioruba.

A parte intermediária do livro segue o curso de uma narrativa etnográfica. O antropólogo, que domina como poucos a arte de contar histórias, descobre em pequenos mal-entendidos e confusões um sentido mais profundo e íntimo da prática religiosa.

Depois de uma descrição criteriosa da umbanda candanga, num ensaio inteiramente dedicado a ela, é um encontro eventual com um filho de fé na saída do cinema que exibia o filme “O exorcista” que torna mais clara a distinção entre a umbanda branca e umbanda mista, por suas práticas concentradas no exorcismo, no caso da primeira, e na negociação com os espíritos, no caso da segunda variedade da umbanda.

Uma discreta reflexão sobre a experiência etnográfica é suscitada por outro encontro igualmente fortuito nos corredores da Universidade de Brasília. O curso inusitado de uma experiência mística – surpreendente, como o leitor poderá atestar - leva o etnógrafo a perceber outras nuances da agência dos orixás e do sistema da umbanda e também coloca em xeque o controle do etnógrafo sobre sua própria agência.

Ao final do livro, a produção etnográfica cede lugar para outro tipo de engajamento do trabalho antropológico: as ações do projeto MAMNBA de criação de áreas de proteção cultural e paisagística dos terreiros. O antropólogo é, então, impelido a agir como especialista no atendimento às demandas pelo tombamento de terreiros e proteção ao patrimônio afro-brasileiro junto ao Estado.

Os laudos, que antes figuravam como peças do pedido de tombamento, agora disponibilizados nessa publicação, reaparecem como peças da memória dos terreiros. No entanto, como assegura o ensaio que introduz os laudos, *Casa Branca, Monumento Negro*, todo o processo de patrimonialização pioneiro do terreiro Casa Branca do Engenho Velho não limitou a ser simplesmente um trabalho de perícia antropológica.

O terreiro da Casa Branca se patrimonializa para resistir à apropriação do setor imobiliário que já havia retalhado parte da Praça de Ogum. O processo de tombamento decorrente é descrito como uma intrincada batalha que, por fim, legou parâmetros para os subsequentes tombamentos de terreiros do Gantois, Bate-Folha e Bogum.

Até 1984, quando o Ilê Axé Iyá Nassô Oká, terreiro Casa Branca, foi inscrito no livro de tomo do IPHAN, a ideia de patrimônio nacional não contemplava qualquer exemplar da cultura dos negros. O sentido de “monumento negro” precisou ser construído e respaldado por uma rede de aliados e apoiadores coligidos entre artistas, antropólogos e autoridades públicas nacionais e internacionais. O ensaio final explora os efeitos desse processo sobre o sentido de monumentalidade e sobre as categorias periciais impelidas a se transformar para acomodar o primeiro monumento negro.

Em alguns momentos dos ensaios, no início e no final do livro, a ênfase no contexto nacional e a tendência a justificar e revalorizar a cultura negra a partir de sua contribuição para a formação cultural do país, Ordep Serra descreve uma manobra que corre o risco de transformar as diferenças em ruídos de uma imagem sintética de identidade brasileira.

Em contraste com *Águas do rei* consagrado às articulações e variações entre as religiões de matriz africana a despeito dos arranjos nacionais e da influência da religião cató-

lica, essa nova publicação tende a sublinhar a relevância do contexto nacional e das políticas de Estado para pensar outro objeto de interesse: o racismo e a intolerância religiosa.

Se na publicação de 1995, a ênfase recaía sobre a partícula “afro” do conjunto “afro-brasileiro”, *Os olhos negros do Brasil* parece se inclinar na direção oposta, ressaltando o elemento “brasileiro”, os vários enfrentamentos em curso no país, nos quais o povo de santo precisa inventar novas estratégias de luta.

Temperado a uma boa dose de história das lutas, do pensamento e da beleza dos cultos afro-brasileiros, esse livro se apresenta, portanto, como um robusto baluarte no combate ao preconceito.

Recebido em 21 jul. 2017.

Aceito em 30 ago. 2017.